

Brasília-DF, 2 de setembro de 2014

Geap oferece desconto para servidores inadimplentes quitarem débitos

Funcionários que negociarem a dívida terão garantia de retorno imediato aos serviços, sem carência ambulatorial. O prazo para a renegociação vai de 15 de setembro a 20 de dezembro deste ano

Os 29 mil servidores inadimplentes com a Geap, operadora de planos de saúde da maioria do funcionalismo federal, terão a chance de pagar o débito com desconto e voltar a usufruir dos serviços do órgão. Comunicados estão sendo enviados aos devedores, e o prazo para a renegociação vai de 15 de setembro a 20 de dezembro deste ano. Serão oferecidos descontos de 30% e 50%, de acordo com o tempo de atraso, e o número de parcelas dependerá do rendimento do segurado. Os desembolsos mensais não poderão ser inferiores a R\$ 20 (veja quadro). A intenção da operadora, segundo Luís Carlos Saraiva Neves, diretor executivo, é resgatar pelo menos 60% do montante global de débitos de R\$ 21 milhões.

Se considerar os dependentes, a quantidade de pessoas envolvidas, que poderão voltar a usar o plano de saúde, pode chegar a 75 mil. A medida foi autorizada, em 14 de agosto, pelo Conselho de Administração e Autogestão em Saúde da Geap, por meio do Plano de Recuperação de Dívida e Incentivo ao retorno do Servidor Público Federal. O bolo maior da dívida está concentrado entre R\$ 500 e R\$ 3 mil, de trabalhadores que ganham de R\$ 1,5 mil a R\$ 7 mil, principalmente os residentes no Rio de Janeiro e em Brasília.

Quem aderir ao Plano de Recuperação da Dívida terá garantia de retorno imediato aos serviços, sem carência ambulatorial; além da suspensão dos processos judiciais de cobrança; da isenção de juros e multas; e da exclusão do nome inscrito nos órgãos de cobrança, como Serasa e SPC.

Saneamento

Em março de 2013, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decretou intervenção da Geap. Foi instalado um regime de direção fiscal, de seis meses, para acompanhar a situação econômica da fundação, porque a sinistralidade — despesas com assistência à saúde sobre as receitas — estava acima da média para instituições similares.

Devido aos constantes resultados financeiros negativos, a Geap teve que apresentar um plano para sanar os desequilíbrios. Em junho do mesmo ano, o patrimônio líquido negativo de cerca de R\$ 57 milhões ficou positivo em mais de R\$ 70 milhões e o resultado líquido chegou a R\$ 127 milhões no fim do primeiro semestre de 2013.

Preços

Os planos da Geap são, em média, 40% mais baratos do que os outros do mercado de saúde complementar. Os preços não aumentam de acordo com a idade do servidor. Segundo a operadora, grande parte dos associados têm mais de 59 anos. Este ano, as mensalidades variam de R\$ 278 a R\$ 344 mensais. O órgão possui mais de mil prestadores de serviços em todo o país.

Equilíbrio

Catorze meses depois da intervenção da ANS, o diretor executivo da Geap, Luís Carlos Saraiva Neves, garante que a saúde financeira da operadora está equilibrada. A Geap tem reservas técnicas de R\$ 240

milhões. “Em oito meses, nossa gestão identificou queda de 40% nas reclamações, e saímos de 570 mil para 607 mil beneficiários”, afirmou.

Oportunidades para inadimplentes

Mais de 29 mil servidores associados à Geap terão a chance de ficar em dia com o plano de previdência complementar. Ganharão descontos entre 30% e 50%.

Objetivo

O Plano de Recuperação de Dívida e Incentivo ao retorno do Servidor Público Federal tem caráter social.

Prazo para adesão

De 15 de setembro a 20 de dezembro de 2014

Condições

- » Beneficiários com renda bruta mensal de até R\$ 3 mil podem dividir em até 36 meses
- » Beneficiários com renda bruta mensal acima de R\$ 3 mil pagarão em até 24 meses

Descontos

- » Débitos de até cinco anos: redução de 30%, com parcela mínima de R\$ 20
- » Débitos acima de 5 e até 10 anos: redução de 50% com parcela mínima de R\$ 20

Devedores por unidade da Federação (em %)

TO	0,2
AC	0,5
MS	0,7
SC	0,9
RR	1,0
PR	1,1
RO	1,3
AP	1,5
GO	1,6
ES	1,8
PI	1,8
RN	1,9
MT	1,9
SE	2,0
AM	2,0
RS	2,6
AL	2,9
MA	3,0
PA	3,1
CE	3,7
MG	3,7
BA	4,1
SP	4,2
PB	5,1
PE	5,9
DF	10,1
RJ	31,3

Fonte: Correio Braziliense, [disponível em versão resumida aqui](#).

Porque a CSP-Conlutas não participa do plebiscito sobre reforma política

“Você é a favor de uma Constituinte exclusiva e soberana do sistema político?” Esta é a pergunta que será encaminhada no plebiscito popular promovido por diversas organizações sindicais e populares, dentre elas, a CUT, MST, UNE e CTB, durante os dias de 1 a 7 de setembro de 2014.

Essa proposta foi apresentada pela presidente Dilma no calor das mobilizações de junho do ano passado com o objetivo de desviar o foco de atenção das mobilizações de rua para o parlamento, fortemente questionado naquele momento em decorrência da corrupção generalizada e aos desmandos das autoridades e dos políticos. Naquele período a proposta não teve eco.

Agora, apresentada em forma de plebiscito popular, tenta desviar os trabalhadores da luta que pode – e deve – obrigar o governo a mudar o modelo econômico que aplica hoje, que atende tão somente aos interesses dos bancos e grandes empresas.

A CSP-Conlutas não é contra a realização de consultas e plebiscitos populares como instrumentos de mobilização e diálogo com a classe trabalhadora. São exemplos os plebiscitos sobre a Alca (Área de Livre Comércio da Américas), a propriedade da terra e a dívida externa.

A Central também considera importante promover mudanças no sistema político brasileiro, que é totalmente controlado pelos grandes grupos econômicos. É para esses grupos que o Legislativo elabora a maioria das leis e o Executivo governa. A redução dos salários dos políticos, a prisão e o confisco dos bens dos corruptos e corruptores; a proibição de financiamento das campanhas por empresas; a revogabilidade dos mandatos, dentre outras medidas, são de interesse dos trabalhadores.

Mas não é esse o debate que cumprirá o plebiscito e tampouco estará colocado numa eventual Constituinte exclusiva, como propõe os organizadores do plebiscito.

Aliás, o cenário eleitoral aponta para a continuidade do domínio dos banqueiros, latifundiários e demais corporações econômicas no novo parlamento a ser eleito. Não existe democracia de fato na eleição dos parlamentares. A maioria dos deputados e senadores é eleita pelo poderio econômico de quem financia as suas campanhas.

Portanto, não podemos dar aos parlamentares, que serão eleitos com as regras antidemocráticas atuais, nenhuma carta branca para reformar o sistema político, nesse momento. O mais provável numa Constituinte, na correlação de forças atual no Congresso Nacional, é que se imponha um retrocesso ainda maior às poucas conquistas democráticas que ainda temos.

O plebiscito não cumpre, portanto, um papel progressivo. Mais confunde do que esclarece. Não tem nenhuma relação com apontar uma saída que questione o modelo econômico atual, que promova as mudanças que as manifestações de rua trouxeram à tona.

Por essas razões, a Coordenação Nacional da CSP Conlutas, reunida em São Paulo entre os dias 29 e 31 de agosto, reafirma a posição de não apoiar nem participar desta iniciativa do Plebiscito chamado pelas centrais e demais organizações que apoiam o governo Dilma.

[Leia aqui a resolução da Coordenação Nacional na íntegra.](#)

**Fonte: [site da CSP-Conlutas](#).*

FENASPS